



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Licenciamento Ambiental

LICENÇA PRÉVIA

63.01.01.21

LP Nº IN105965

A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007 e pelo Decreto nº 48.690 de 14 de setembro de 2023, em especial, do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

CPF/CNPJ: 10.598.957/0001-35

Endereço: AVENIDA VENEZUELA 110 - SAÚDE / CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ

Objeto:

Para a execução do Projeto Iguaçu, contemplando requalificação hidráulica e dragagem do rio Botas, do rio Iguaçu, do rio Sarapuí, do Canal do Outeiro, do Canal de São Bento, do Canal do Pilar e do Canal Cidade dos Meninos; recomposição do Dique do Pilar e do Dique Cidade dos Meninos; dragagem do Pôlder do Pilar e Pôlder do Outeiro; recuperação/instalação de 05 (cinco) comportas; remoção e instalação de 03 (três) novos bueiros; urbanização do Pôlder e Canal do Outeiro; e readequação de 06 (seis) OAEs, entre as coordenadas de referência 22°43'55.97"S / 43°25'21.20"O (início) e 22°44'6.98"S / 43°18'8.49"O (fim).

No seguinte local:

VÁRIOS LOGRADOUROS - DUQUE DE CAXIAS, BELFORD ROXO/RJ

Prazo de validade:

Este documento é válido até 23 de outubro de 2030, respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº SEI-070002/015958/2025 e seus anexos.

Condições de validade:

- 1- Este documento foi emitido por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em reunião realizada em 21.10.2025, que resolveu tomar as medidas constantes da Deliberação CECA nº 6.818, publicada no DOERJ de 23.10.2025;
- 2- Este documento diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o requerente do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei.
- 3- Não iniciar as obras ou qualquer tipo de intervenção na área antes da obtenção da Licença de Instalação.
- 4- Para casos em que o Plano Diretor de Controle de Inundações da Bacia do Iguaçu-Sarapuí, realizado pela

COPPE/UFRJ, apresentar um cenário de verificações hidráulicas mais restritivo do que os apresentados neste presente Parecer Técnico, devem ser atendidas suas especificações e tais devem ser devidamente apontadas em futuros licenciamentos.

5- Apresentar, no requerimento de Licença de Instalação: a. Projeto de cada intervenção a ser executada, contendo coordenadas geográficas de início e fim, descrição/caracterização da intervenção e desenhos (planta baixa, perfil longitudinal, seção transversal) com indicação das dimensões e especificação de materiais e revestimentos, em escala adequada e devidamente cotado. b. Levantamento topográfico planialtimétrico do(s) trecho(s) do(s) curso(s) d'água a intervir e seu entorno, em escala adequada e com coordenadas oficiais e RN do IBGE. c. Para cada intervenção hidráulica, apresentar levantamento de três seções topobatimétricas, sendo uma no eixo do local, uma a montante e outra a jusante de cada intervenção. As seções devem ser prolongadas, a partir das margens em, pelo menos, 10 metros. As seções topobatimétricas devem ser apresentadas em cotas altimétricas referenciadas ao IBGE, com as coordenadas dos pontos de início e fim de cada uma delas e a data da execução do levantamento; No momento do levantamento deve ser obtida a cota altimétrica do nível d'água de cada seção transversal; As seções devem ser identificadas em planta georreferenciada; As margens das seções topobatimétricas levantadas devem ser cotadas e identificadas; Além das plantas, as seções topobatimétricas deverão ser entregues em planilhas excel, na forma de tabela (distância e cota altimétrica), contendo as seguintes informações em seu cabeçalho: identificação (nome) da seção topobatimétrica, data do levantamento, cota do nível d'água e coordenadas dos pontos de início e fim do levantamento (PI e PF). d. Estudo hidrológico com memória de cálculo determinando a vazão máxima de cheia de projeto para o tempo de recorrência correspondente a cada tipo de intervenção, conforme descrito abaixo. Deverão constar neste estudo as seguintes informações: características físicas da bacia (área de contribuição hidrológica, comprimento do talvegue, tempo de concentração) e descritivo da metodologia utilizada para obtenção da vazão de projeto. - 25 (vinte e cinco) anos para canalização em seção aberta; - 50 (cinquenta) anos para canalização em seção fechada, muro de contenção e travessias (pontes, pontilhões, bueiros, etc). - 100 (cem) e 200 (duzentos) anos para diques e polders. e. Estudo de verificação hidráulica, com indicação do nível d'água para as cheias dos respectivos tempos de recorrência (TR) nas seções transversais levantadas ao longo dos trechos de cada intervenção, além da memória de cálculo com os seguintes parâmetros: vazão de projeto, tirante de cheia, borda livre, velocidade de escoamento, coeficiente de rugosidade e declividade. Para seção retangular aberta ou trapezoidal deve ser adotada uma relação de enchimento $Y/H = 0,80$. Para seção retangular fechada deve ser adotada uma relação de enchimento $Y/H = 0,90$. Para seção circular deve ser adotada uma relação de enchimento $Y/D = 0,85$. Para concreto utilizar coeficiente de rugosidade (Manning) entre 0,015 e 0,018. f. Cronograma físico de execução da atividade; g. Relatório fotográfico do local onde as obras serão realizadas, com destaque para a(s) calha(s) do(s) curso(s) d'água e suas margens. h. Os documentos e plantas solicitados deverão estar devidamente georreferenciados, assinados e acompanhados de ART do responsável técnico pela execução do serviço e devem ser entregues também em formato digital (arquivo de Autocad até a versão 2012), comprimida em formato .zip.

6- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto aprovado.

7- APRESENTAR PROJETO EXECUTIVO: O projeto executivo deverá contemplar: Todas as plantas, mapas, cortes e elevações referentes às obras; Memoriais de cálculo e justificativas técnicas de dimensionamento; Especificações de materiais e métodos construtivos; Modelagens e simulações relacionadas aos impactos das intervenções; Cronograma detalhado das etapas de execução; Atendimento às normas técnicas, regulamentações aplicáveis e critérios ambientais vigentes.

8- É vedada a supressão de vegetação sem a prévia autorização do órgão ambiental competente;

9- Requerer, no âmbito do processo da Licença de Instalação, a Autorização Ambiental para Supressão de Vegetação através do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLORE);

10- Requerer Autorização Ambiental (AA) antes do início das atividades de obras/instalação para atividades de manejo, transporte, resgate, captura, coleta e translocação em casos de acidentes com espécimes de qualquer grupo faunístico, conforme disposto na Resolução INEA nº 72/2013;

11- Realizar levantamento de dados secundários para caracterização da biodiversidade faunística das Áreas

de Influência Direta e Indireta - AID e AII, respectivamente - dos seguintes grupos: mastofauna (incluindo quirópteros), herpetofauna, avifauna e fauna aquática (abrangendo ictiofauna, comunidades planctônicas e bentônicas);

12- Realizar levantamento de dados primários para caracterização da biodiversidade faunística da Área Diretamente Afetada - ADA - dos seguintes grupos: mastofauna (incluindo quirópteros), herpetofauna, avifauna e fauna aquática (abrangendo ictiofauna e comunidades planctônicas e bentônicas). Os estudos devem contemplar, no mínimo, duas campanhas em dois períodos distintos de cinco dias corridos, correspondentes aos períodos seco e chuvoso, conforme clima e condições meteorológicas locais previamente comprovadas com índices pluviométricos locais. Para a família Rivulidae, o Projeto Técnico para o Levantamento de Rivulídeos, deverá atender ao disposto na Resolução INEA nº 72/2013 e às recomendações do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção - CEPTA/ICMBio

13- Não realizar nenhuma intervenção da área antes de efetivar, pelo menos, duas campanhas de levantamento da ictiofauna, em especial os rivulídeos, nas áreas alagadas e alagáveis

14- Apresentar Plano de Manejo da Fauna Silvestre, que contemple em seu escopo: a) Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna terrestre na fase de instalação; b) Programa de Afugentamento, Resgate e Monitoramento da ictiofauna em todas as fases do processo, que inclua em seu escopo a família Rivulidae, caso seja identificada em atividades de levantamento prévias; c) Programa de Monitoramento e Destinação de macrófitas; d) Programa de Monitoramento e Controle da espécie *Limnoperna fortunei* - mexilhão-dourado, conforme diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento no Brasil, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de 2020, o qual especifica metodologias de Prevenção, Erradicação, Monitoramento e Controle Populacional (físicos, químicos e biológicos), para o caso de possível ocorrência e infestação da referida espécie de molusco exótica invasora; e) Plano de Manejo e translocação de fauna sinantrópica, em especial artrópodes, contendo: CTA do profissional apicultor/meliponicultor responsável; Cadastro das colônias e colmeias resgatadas no Sistema de Integração Agropecuária - Siapec3 da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro pelo apicultor responsável; Carta de aceite da instituição destinatária (apicultura ou meliponicultura com CNPJ/CPF, CTF (em caso de meliponários) e o Cadastro no Sistema de Integração Agropecuária - Siapec3).

15- O empreendedor deverá comunicar imediatamente ao INEA a detecção da presença da espécie exótica invasora *Limnoperna fortunei* (mexilhão-dourado) nas áreas de influência direta ou indireta do empreendimento, informando data, local e circunstâncias da ocorrência, a fim de subsidiar a adoção de medidas de controle, o acompanhamento da dinâmica de dispersão da espécie e a avaliação de potenciais riscos e impactos ambientais associados.

16- Possuir, na equipe responsável pela execução do Plano de Manejo de Fauna, pelo menos um biólogo especialista para cada grupo exigido e um médico-veterinário, ambos com experiência comprovada em suas respectivas áreas de atuação, mediante apresentação de currículos.

17- Apresentar currículo de especialista em ictiologia antes do início das atividades de levantamento da ictiofauna;

18- Manter os dados e documentações da equipe técnica responsável pelas atividades referentes à fauna atualizados e comprovando vínculos e funções do(s) responsável(is) legal(is)/pessoa responsável junto à empresa requerente.

19- Realizar as obras de instalação do empreendimento e possíveis atividades de supressão acompanhadas de equipe técnica responsável pelo resgate e salvamento da fauna, durante toda a realização das atividades.

20- Verificar o status de ameaça de cada espécie da fauna terrestre e aquática, segundo conferência em: a) Lista Nacional de Espécies Ameaçadas (Portaria MMA Nº 148/2022); b) Lista Estadual de Espécies Ameaçadas (Portaria SEMA 001/1998); c) Lista Municipal das Espécies Nativas da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio de Janeiro (RESOLUÇÃO SMAC Nº 073/2022); d) Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio/MMA, 2018); e) IUCN red list.

- 21- Apresentar Carta(s) de Anuência original(is) ou autenticada(s) da(s) instituição(ões) que receberá(ão) o material biológico coletado/capturado nas campanhas, quando necessário.
- 22- Apresentar Carta(s) de Aceite original(is) ou autenticada(s) de todos os possíveis locais de soltura de animais resgatados/capturados nas instalações/imediações do empreendimento.
- 23- Apresentar Carta(s) de Anuência de todas as clínicas veterinárias conveniadas, assim como ART dos profissionais que realizarão os cuidados dos espécimes que precisarem de atendimento/reabilitação.
- 24- Manter os dados cadastrais atualizados, requerendo qualquer alteração para análise e parecer.
- 25- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental sempre que julgar necessário.

Maurício Couto Cesar Junior
ID 2348774



A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QrCode.

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, 23 outubro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Couto Cesar Junior, Presidente**, em 25/10/2025, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **117358812** e o código CRC **D9FABBE3**.

Referência: Processo nº SEI-070002/015958/2025

SEI nº 117358812

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: